

**A CIDADE CONTEMPORÂNEA E SUA FUNÇÃO “FÁTICA”: simbolismo e
narrativa do lugar.**

Antonio Busnardo Filho

Professor Doutor, UNIVAG, MT, Brasil
antonio.busnardo@univag.edu.br

Antonio Soukef Júnior

Professor Doutor, UNIVAG, MT, Brasil.
antonio.soukef@univag.edu.br

Helena Napoleon Degreas

Professora Doutora, Brasil.
helena.degreas@online.uscs.edu.br

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre a cidade enquanto estrutura narrativa que surge dos trajetos de seus transeuntes e dos seus significados que se escondem nos interstícios urbanos de um sistema de símbolos, cuja interpretação é pessoal, fragmentário, que busca um sentido de totalidade. A cidade surge e existe, como uma grande narrativa, somente pela leitura e experiências de seus habitantes, portanto a cidade ou o sentido da cidade é uma bricolagem de significados, construída a partir dos deslocamentos dos indivíduos que interagem com o espaço urbano. Como um grande texto a cidade torna os indivíduos que transitam por ela em pictogramas de uma estrutura narrativa complexa que interagem com o espaço urbano na criação de suas imagens, expondo sua dimensão “fática” por meio de metáforas, que ora revelam ou subvertem a ordem imposta, dando ênfase à dimensão latente do sentido de urbanidade. O sentido fático permite o reconhecimento do imaginário urbano que se estrutura nas variadas imagens da cidade e nas variadas narrativas pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Flâneur. Bricolagem. Transumância. Digressão

INTRODUÇÃO

A cidade construída pelos cidadãos que caminham por entre suas infinitas imagens, descobrindo sempre novas relações, não é, necessariamente, a real, mas a que surge nos trajetos, a que se esconde nas brechas, nas rachaduras, nos becos de um sistema de símbolos, cuja interpretação é pessoal e com um sentido de totalidade. Se a cidade real é fragmentária, esta que surge dos interstícios teria o privilégio de uma totalização ideal, mesmo sendo inteiramente pessoal e individual. Desta maneira, o método da construção destas inúmeras e infinitas cidades individuais é a caminhada de seus “praticantes ordinários” (De Certeau, 1994) que obedecem aos cheios e aos vazios, às saliências e às reentrâncias, componentes de uma texturologia dinâmica e mutável, imperceptível àqueles que vivem e vivenciam a cidade em sua cota zero, no rés do chão, escrevendo um “texto” urbano sem poder lê-lo em sua totalidade, jogando com esses fragmentos de espaço, num embate de conhecimentos cegos em busca de compreensão e totalização da percepção do espaço da cidade.

Essas múltiplas escrituras se entrecruzam formando uma história sem autor ou leitor definido, como os fios de uma tapeçaria que na união dos milhares de nós e das variadas cores formam o todo, cujas representações fazem com que a cidade seja, cotidianamente, outra. Sempre uma nova cidade, que jamais poderá ser lida em sua totalidade, mesmo por quem vive e trabalha nos mais altos edifícios. Estes só poderão ver a cidade como um imenso estudo de textura, concretizando o que na representação pictórica colocava-se como uma precessão, que era a própria vontade de ver a cidade em sua plenitude. Assim, por uma forma de visão que jamais existira até então - a perspectiva - representaram a cidade vista do alto e seu possível panorama. Esta pulsão escopofílica transformou o observador medieval em um “olho celeste” (Certeau, 1994), subsistindo até hoje, nas vistas panorâmicas dos arranha-céus. Para Certeau, este deus voyeur exclui-se do entrelaçamento dos comportamentos do cotidiano, fazendo-se estranho a eles - pois, não é o estranhamento que engendra a narração e cria o narrador, mas o estranhamento que resulta em uma alienação do cotidiano. Então, “a cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma, que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (1994, 171). Portanto, quem vive no alto, vive distante da própria vida da cidade e, além de um simulacro visual, não vislumbra mais nada; desconhece o texto, tanto quanto não participa do contexto urbano. Se o rés do chão

impossibilita a leitura totalizante ou a visão de uma textura urbana, possibilita, porém, a escrita da cidade.

A cidade...objeto de mediação

Partindo desta construção da imagem da cidade para as imagens que interagem com a cidade em seus espaços excedentes tomados pela publicidade e em sua relação com seus habitantes, pode-se pensar a cidade enquanto um objeto, não um objeto manejável ou instrumental, mas de mediação entre as suas práticas, ou seja, um objeto que se situa a meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima - que seriam as relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, organizados, estruturados, e as relações desses grupos entre eles e a ordem distante - que seria a ordem social regida pelos grandes poderes como o Estado e a Igreja -, segundo Lefebvre (1991). A ordem distante é abstrata e formal. Não sendo concebida fora das ideologias, projeta-se na ordem próxima, persuadindo e completando seu poder coator. Nesta inter-relação, a cidade torna-se uma mediação entre mediações. Contendo a ordem próxima, sustenta suas produções e suas propriedades; é o local de sua re-produção. Contida na ordem distante, ela se sustenta, projetando-a sobre um terreno (o local) e sobre um plano. Esta ordem é inscrita, prescrita, escrita pela cidade - texto - num contexto amplo e inapreensível. Se se puder entender o texto como o aspecto patente e, conseqüentemente, como ordem distante; e o contexto, como latente, juntamente com a ordem próxima, então, as diferentes leituras, narrações e descrições da cidade aconteceriam processadas pelos indivíduos que migram pelos vários grupos.

Deste modo, a objetividade, ou “objetividade” (Lefebvre, 1991) da cidade aproxima-se da objetividade da linguagem recebida pelos indivíduos ou grupos que a apreendem por sua característica de mediação, não podendo separá-la, portanto, daquilo que a contém, nem daquilo que ela contém, como se fosse um sistema completo. Entretanto, pode-se compreendê-la como um subconjunto, um subsistema, com contexto a partir de um texto não dado.

Lefebvre (1995) explica que para atingir este texto é necessário a imposição de operações intelectuais e trabalhos de reflexão. Mesmo a totalidade não se apresentando imediatamente neste texto escrito que é a cidade, existem outros níveis de realidade que aí não transparecem. A cidade, escrita e prescrita, significa, ordena e estipula. Esse texto passa pelas ideologias e as reflete, pois, a ordem distante se projeta na ordem próxima. Esta não reflete aquela, mas subordina a si o imediato. A ordem próxima se dissimula sem se descobrir, como se inconscientemente agisse com uma imitação de poder a exemplo da ordem distante, fingindo não ter, da outra ordem, aquilo que, num processo de mediação, fica impregnado. Assim, na ordem próxima encontram-se o cotidiano como construção e a transformação do fato urbano e a re-produção das relações individuais e dos grupos. O cotidiano é, portanto, o lugar da escrita da cidade e da leitura do texto urbano que surge das variações do contexto. Não é um texto final, porque não se pretende totalizador, porém textos que são gerados numa continuidade por um *bricoleur*. A cidade se transforma em uma *bricolage* devido às mediações geradoras de conceitos que se justapõem sem perderem os seus limites; e em um *visualscape*, dadas as novas paisagens que compõem a cidade-panorama, o que produz um emaranhado eletrônico cujo

resultado “é um repertório interconexo de imprensa, celuloide, telas eletrônicas, videogames, telefones unicelulares, videotel, que torna mais tênue a linha que deveria separar as paisagens realistas das ficcionais” (Canevacci, 1993, 45). Em consequência, estas paisagens interagem com o cenário comunicativo urbano, focalizando um processo de desimbolização, de cujo colapso prolifera signos, fazendo, por conseguinte, que a relação significante e significado se esvazie de significação e se achate sem uma interligação, sem um inter-relacionamento. Este emaranhado eletrônico torna-se logo seu próprio significado, ou o significado de cidade, buscando uma incorporação imediata ao contexto para não se alienar. Torna-se um processo comunicativo, sendo tanto imagem na cidade, como imagem da cidade.

Neste ambiente ambíguo que dá origem à cidade como um imenso texto, não é só o emaranhado eletrônico ou os seus edifícios que parecem exercer um poder panóptico sobre os cidadãos, mas os próprios cidadãos que, em seu papel de atores, assumem, também, a função comunicativa de pictogramas ambulantes, nos quais as imagens ou as mensagens da publicidade se refletem. Esses pictogramas fazem parte de sua linguagem, construindo-a como resultante de uma atitude característica do *flâneur*, o caminhar. Esta atitude pervagante, que une suas diferenças, possibilitando-lhe ser um lugar de multiplicidades, faz com que a cidade seja transumante, ou metafórica (Certeau, 1994). Portanto, em sua característica migratória e de deslocamento, torna-se um produto do contexto, que se insinuará no texto planejado da cidade como um trickster responsável pela subversão da ordem, ou por seu rompimento. Ou, então, a cidade ficará à espera de um processo entrópico natural e inevitável. Para a pluralidade da metrópole contemporânea que, além de administrativa ou conceitual, é comunicativa, o caos é o seu arquétipo ideal, e como tal tem uma ordem complexa e dinâmica, que não é a ordem rígida e previsível do planejador ou dos projetos de renovação urbana,

(...) não é uma ordem dominada pelo especialista e fácil para os olhos. Os olhos em movimento no corpo em movimento precisam trabalhar para captar e interpretar uma grande variedade de ordens cambiantes (...) é a unidade que 'mantém, mas que apenas mantém, um controle sobre os elementos em choque que a compõem. O caos está muito próximo; sua proximidade e o desejo de evitá-lo dá...força (Venturi, 2003, 67).

Por isso a cidade, mesmo sendo tema dominante dos políticos com suas pressupostas preocupações, tornou-se um local de proliferação de poderes sem identidade que se contrapõem às operações programadas e controladas de um poder e de uma ordem imposta e direcionada pelo sistema administrativo.

Atitude pervagante e narrativa da cidade – o “fático”.

Deste modo, a atitude pervagante própria do *flâneur*, e do cidadão da metrópole contemporânea, como já foi dito, é o alicerce da construção da narrativa, que, mesmo na visão individualizada do narrador, institui a imagem ou as imagens da cidade, definidas por um percurso pessoal e particular. Consequentemente, as imagens da cidade e suas narrações serão sempre singulares. Porém, como demonstra Certeau, “o ato de caminhar está para o sistema

urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos” (1994, 177), o que equivale a dizer que todo transeunte constrói, em seu caminhar, passo a passo, uma enunciação. No entanto, nem toda enunciação, nem todo caminhar resulta num processo narrativo da cidade. A enunciação tem uma função tríplice; trata-se de um “processo de *apropriação* do sistema topográfico pelo transeunte”; de uma “*realização* espacial do lugar”; da implicação de “*relações* entre posições diferenciadas” ou de “contratos pragmáticos” que surgem sob a forma de movimentos. O ato de caminhar como o “*speech act*” cria espaços que possibilitam aos transeuntes desenharem seu próprio trajeto, diferenciando-o de um sistema espacial proposto ou imposto. Pelo movimento, o transeunte cria seu “espaço de enunciação” atualizando algumas possibilidades do sistema espacial urbano e fazendo com que outras possibilidades desapareçam. O caminhante existe entre as possibilidades do permitido e do proibido, deslocando e inventando variações da caminhada, improvisando, deixando de lado, ou mudando, ou privilegiando aspectos espaciais; então

O caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetiva algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e o dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Seleciona, portanto. (De Certeau, 1994, 178).

Pela enunciação, o cidadão define sua posição, estabelecendo o próximo e o distante, seja na comunicação verbal ou em seu deslocamento pela cidade - a enunciação pedestre - colocando como apropriação presente do espaço, um “eu” que terá por função o relativo a esse “eu”, instaurando conjunção e disjunção de lugares. Isto possibilitará o diálogo do indivíduo com a cidade, pela subjetividade do caminhante que se propõe como “sujeito”, pois, segundo Benveniste (1991), o conceito de “ego” fundamenta-se na realidade do ser que é a realidade da linguagem. Desta forma, o diálogo do indivíduo com a cidade é resultante de um contraste, de uma reciprocidade, na qual a função do “eu” é a exterioridade do sujeito que se torna seu próprio eco. O estabelecimento do “eu”, do “ego” é sempre uma posição de transcendência de seu eco - o “tu” -, num estado de complementaridade através da oposição interior/exterior. A subjetividade da linguagem possibilita a comunicação entre indivíduos numa relação de “eu”/“tu”, na qual o locutor na instância do discurso se enuncia como “sujeito”, e em sua atitude pervagante dialoga com a cidade pela complementaridade do “eu” e de seu eco. O cidadão é seu próprio duplo, na criação da linguagem urbana, e o fato urbano, a marca da temporalidade presente no interior do enunciado caminhante. Isto é uma das características distintivas do sistema espacial da enunciação pedestre.

Assim como para Benveniste, a linguagem ensina a própria definição do homem, é a linguagem urbana que ensinará, também ao homem, o sentido de cidade que, na enunciação pedestre, instaura a descontinuidade, como uma característica outra, marcada eminentemente pela interioridade do caminhante. Os trajetos são escolhidos por critérios pessoais que subvertem a ordem de um sistema espacial imposto e que, devido a suas variações e

diversidades, torna-se impossível reduzi-las a um traçado gráfico. Esses trajetos transgressores concretizam a diversidade das operações enunciadoras, insinuando uma retórica da caminhada, pois a construção do percurso é semelhante à construção de frases. Consequentemente, esses “gestos” que resultam da caminhada não planejada, com sua espontaneidade, tanto ampliam como reduzem espaços. Certeau (1994) compara a ampliação e a redução a duas figuras de estilo, a *sinédoque* e o *assíndeto*, respectivamente, de tal modo que, na primeira situação, a parte representa o todo que a contém; e, na segunda, a disjunção, a supressão de conjunções, assemelha-se ao caminhar que fragmenta o espaço percorrido, saltando ligações e omitindo partes inteiras, praticando a “elipse de lugares conjuntivos”.

A andança pervagante, por não ser um ato planejado, incorre no erro e no equívoco, gravando no espaço urbano polissemias simbólicas inscritas em vivências próprias dos indivíduos ou dos grupos. O cidadão da metrópole, que constrói a enunciação pedestre entre o permitido, o proibido e o interdito, inscreve, além do equívoco, a Sombra que se move na/pela “inscrição do inconsciente” (Paula Carvalho, 1996, 11). Deste modo, as figuras desses movimentos que se espelham nas figuras de estilo - a sinédoque, o assíndeto, a elipse etc. “caracterizam uma ‘simbólica do inconsciente’ e ‘certos processos típicos da subjetividade manifesta no discurso’. A similitude entre o ‘discurso’ e o sonho se deve ao uso dos mesmos ‘processos estilísticos’: ela abrange, portanto, também as práticas comerciais” (Certeau (1994, 183). Por isso, a organização da enunciação ocorre entre o *lugar* de onde sai e o *não-lugar* que produz, e que é uma espécie de “passagem”, uma vez que as figurações oníricas das andanças e pervagações são *imagens hipnagógicas* de um percurso acordado, porque essas imagens podem ser consideradas como um estágio de passagem entre o estado de vigília e o sonho; são imagens de um *não-lugar*. Então, “caminhar é ter falta de lugar. É o processo de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar...” (Idem, *Ibidem*).

Surge uma *bricolage* de enunciações com elementos tirados do cotidiano da cidade, reforçadores da comunicação urbana. Elementos que vivificam a relação do indivíduo com a metrópole e enfatizam outra característica da enunciação pedestre, o “fático”.

Esta característica comunicativa da cidade dá-se em um nível de profundidade tal, que coloca os indivíduos em contacto entre si, situa-os nos espaços que são criados em seus deslocamentos, fazendo que descrevam intrincados e espontâneos trajetos, cujo objetivo é seu processo de enunciação. Com Michel de Certeau pode-se considerar estes trajetos intrincados e espontâneos como um “labirinto de ecos”, resultante de uma

(...) caminhada, que sucessivamente persegue e se faz perseguir, cria uma organicidade móvel do ambiente, uma sucessão de topoi fáticos. E se a função fática esforço para assegurar a comunicação, já caracteriza a linguagem dos pássaros falantes como constitui ‘a primeira função verbal a ser adquirida pelas crianças’, não é de causar espécie que anterior ou paralela à evolução ela também saltaite ,caminhe nas quatro patas, dance e passeie, pesada ou leve, como, uma sequência de ‘alô!’ em um labirinto de ecos” (1994, 179).

Como explica Malinowski, a *comunhão fática* descreve “um tipo de fala em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras” (1972, 311), portanto sua função para o estudo da linguagem dos nativos da ilha Trobriand, na Nova Guiné, é meramente o de complementação de uma característica social. Não requer, em sua formulação, reflexão intelectual e nem a desperta nos interlocutores, pois não funciona como um meio de transmissão de pensamentos. Porém, ao colocar a palavra para além de seu limite de significante, isto é, impossibilitando sua compreensão de um modo abstrato e distante de seu conteúdo social, de seu contexto, insere-a, novamente, em relação com sua “essência”, em seu significado social, devolvendo-lhe o direito ao mundo das ideias, naquilo que é referente a seu conteúdo simbólico. Porque a palavra na linguagem primitiva estabelece uma relação entre seu significado e o contexto, que o influencia fortemente. O veículo pelo qual a palavra se enuncia no contexto é a metáfora. Pode-se dizer que esta *comunhão fática* imprime à estrutura social da palavra a dimensão do imaginário por meio de sua restituição simbólica, viabilizada pelo uso metafórico na enunciação de fatos sociais.

Compreende-se, então, que as palavras são palavras de ação ou palavra-ação, tanto naquilo que define uma atividade humana quer seja relativa à subsistência (caça, pesca, a lida com a terra), ou na expressão essencialmente humana de dispêndio de energia (guerra, jogos, ritos cerimoniais), ou atividades artísticas (o canto, a dança), como nas conversas nas quais todos os componentes do grupo têm que atuar em comunhão, de acordo com as regras e normas estabelecidas pelo costume e tradição, mesmo sendo termos extremamente técnicos, definidores da função de cada indivíduo, e que se baseiem em tipos usuais de comportamento, cujo conhecimento se dá pela experiência pessoal. A palavra é apreendida por uma ação prática que não requer reflexão, funcionando como um elo de atividade humana, comportamental. Ou então, um excesso de palavras que não permite ao homem, a imagem de um ser calado, taciturno, estranho, mas que faz dele partícipe das atividades de seu grupo, comunicando-se.

Malinowski fala do “fático” como uma ação básica da palavra na estrutura social da comunidade, por meio do qual se processa o relacionamento dos indivíduos. Já para Jakobson, em seus estudos sobre as funções da linguagem (emotiva, referencial, poética, fática, metalinguística, conativa), a mais importante é a função “fática”, que se centra no contato, psicológico ou físico, pois numa mensagem tudo o que serve para estabelecer, manter ou cortar o contato, portanto, tudo o que viabiliza a comunicação, é concernente a essa função. Jakobson diz:

Há mensagens que servem fundamentalmente para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona (Alô, está me ouvindo?), para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção continuada (“Está ouvindo?” ou, na dicção Shakespereana, “Prestai-me ouvidos!” - e, no outro extremo do fio, “Hm-hm!”). Este pendor para o CONTACTO ou, na designação de Malinowski, para a função FÁTICA, pode ser evidenciada pôr uma troca profusa de fórmulas ritualizadas, por diálogos inteiros cujo único propósito é prolongar a comunicação” (1971, 126).

Assim, enquanto, para um, a palavra relaciona-se e constrói seu significado a partir de um contexto social, para o outro, ela se estrutura a partir do contexto linguístico da mensagem; ou seja, para um, o sentido fático da mensagem dá-se numa relação simbólica e, para o outro, numa relação “sêmica”.

Estas características podem ser notadas, por exemplo, no comportamento dos jovens da periferia, principalmente, nos participantes dos “rolezinhos”, os rolezeiros, que se valem do excesso de publicidade em torno de objetos do cotidiano que denotam o status dos usuários, como forma de poder e de bem-estar social – telefones celulares, roupas de marca, tênis, bonés etc. A reunião dos rolezeiros, mesmo sendo marcada pela internet pode ser considerada também uma ritualização de tomada de lugar, de busca de identidade, de inclusão social e de reconhecimento dos bairros da periferia como parte integrante da cidade, como componentes de uma malha urbana, que parece esquecida pelo poder público. A ação ritual deste grupo de jovens da periferia é simplesmente um desfile quase que espontâneo – não fossem as chamadas na internet – pelos shoppings centers da periferia. Neste deslocamento dos jovens, pode-se perceber a dimensão fática e sua abrangência simbólica contextualizada socialmente, na busca de uma representação social e no seu conteúdo sêmico, sua apresentação social. O símbolo social do “estar no mundo” e ter importância é o equivalente que estes jovens encontram para se equipararem a seus pares de classe social mais abastada, que se fazem notar com carros e roupas de grifes. É uma outra forma de grito da periferia para se fazer notar socialmente e, talvez, pelo poder público, para efetivarem políticas condizentes com o local e com o povo; políticas que de fato atendam as necessidades dos moradores destas regiões. A ritualização dessas ações - que alguns chamam vandalismo -, é fazer-se notar, de forma lúdica. Quanto à questão da invasão a shoppings chiques, Evandro Faria de Almeida, o idealizador dos rolezinhos diz, em entrevista à Revista Veja, n.4, de janeiro de 2014: *“por que eu iria ficar duas horas dentro de um ônibus para fazer compras num lugar que tudo é mais caro e ninguém me conhece?”*. A força simbólica desta ação foi logo percebida pelo poder político, havendo uma tentativa de usurpação do movimento, logo rechaçada pelos manifestantes, como comenta a reportagem da Veja. E no período do rolezinho, logo em seguida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto convocou um “roleção” com intenções meramente políticas. Aqui, pode-se perceber o empobrecimento das ideologias políticas e o esvaziamento simbólico de suas ações.

Quando a dimensão fática se coloca como preponderante nas ações sociais e urbanas, a cidade amplia sua dimensão ideológica; e pode-se, então, perceber como um espaço segregacionista esvaziado de intenções, com prioridades demarcadas pelos poderes econômicos (des)organizam a cidade contemporânea, por não ser parte integrante do texto, sendo apenas limitador do contexto. Os “poderes sem identidade” compõem a “ordem próxima” na formação da comunidade que define o seu lugar de fala – a periferia, que se contrapõe ao centro, ou às “novas centralidades” na construção de símbolos vivos, nascidos das experiências culturais que têm como base as vivências cotidianas de suas comunidades –, num cotidiano muito próprio e diferenciado, característico e singular, com expressão própria, que dá ao símbolo sua dimensão de sutura entre a vida e o pensamento – o bio/physics e o nous/eido (Carvalho, 1993).

A atitude pervagante do sujeito é que o coloca em contacto com a metrópole, mesmo quando o trajeto é uma atitude de rotina (casa/trabalho), se considerada a facilidade de mudança do entorno, pela interferência de imagens que constantemente mudam a paisagem e, por conseguinte, mudam a imagem de cidade do caminhante. As imagens publicitárias funcionam como um elemento de contacto entre o cidadão e seu trajeto, construindo com sua rápida mudança “elipses de lugares”, isto é, o espaço conhecido pelo transeunte muda seu

significado quando mudam as imagens publicitárias. A paisagem muda alterando a percepção do espaço devido à interferência da variação de imagens. A cidade transforma-se num lugar de *comunicação fática* no qual as imagens são os elementos responsáveis por este fato, e onde a arquitetura, por sua vez, torna-se antiespacial, por priorizar mais a comunicação que o espaço, propriamente dito, permitindo que o domínio da comunicação se torne elemento da arquitetura e da paisagem urbana, cuja exigência de programa e de montagem dos suportes das imagens publicitárias complexos, sobrepassa, como diz Venturi, "a tríade arquitetônica de estrutura, forma e luz a serviço do espaço. Eles sugerem uma arquitetura de comunicação evidente, em vez de uma expressão sutil" (2003, 35) e transformam os prédios em imensos anúncios luminosos, às vezes.

O espaço de comunicação...

Pode-se ainda considerar que a cidade por excelência é o espaço desta comunicação que guarda sua característica social no relacionamento dos indivíduos com as imagens que interferem na cidade, do indivíduo que em seu trajeto relaciona-se com os demais transeuntes, compartilhando a criação dos mesmos *lugares/não-lugares*, dos lugares de "passagem", bem como das imagens individuais que cada cidadão tem ou constrói a cada nova interferência da metrópole. O sentido "fático" da cidade é, neste caso, a construção do simbólico, é a devolução do espaço concreto, real ao espaço do imaginário, porque dependente de vivências e de visões individuais; visto que a experiência de cada um elabora, virtualmente, o todo. Mas pode-se, também, pensar a metrópole em seu sentido "sêmico" (semântico, semiótico, semiológico), dando à função "fática" valor de prolongamento ou de interrupção de comunicação pela profusão e velocidade do surgimento de novas imagens publicitárias, que instigam o cidadão a construir sua imagem de cidade partindo de um significante. A atenção do transeunte não se dá na relação surgida entre a interferência da imagem com o lugar, mas na imagem publicitária como dominação do lugar ou denominação. O espaço não se cria a partir das interferências surgidas pelas mudanças de imagens em relação ao lugar, mas pela obliteração dessa relação em favorecimento de uma imagem que impõe o lugar. A partir desta imposição, deste significante, o cidadão integra em sua enunciação pervagante o sentido de lugar. A variação de valor que existia de outro modo, isto é, a enunciação pessoal, torna-se agora um elemento comum na enunciação de todos os cidadãos. E estas imagens que impõem o lugar integram-se nos sistemas urbanos de orientação, tornando-se pontos de referências para os transeuntes.

Deste modo, o sentido "fático" da cidade é uma circulação simbólica que a desvenda, tornando-se o mediador entre o mundo sensível e o mundo perceptível - o "*logos*". Paula Carvalho (1996) diz que em profundidade o sentido "fático" liga-se com verdade (*aletheia*) e destino (*moira*). Verdade e destino que constituem a cidade e o cidadão num processo de equivalência, no qual a cidade existe como criação e ordenação do homem que através da sua *práxis* torna-a significativa e se transforma em seu mensageiro por meio da enunciação. Consequentemente, a verdade e o destino da cidade são o homem, sem o qual ela não existiria. No sentido inverso, a constituição do ser, a individuação do sujeito, também depende da cidade que, em seu princípio, o agrupamento humano, possibilitou o confronto e o entendimento da alteridade, criando-lhe uma imagem complementar, o "Outro". Assim, o destino e a verdade do

homem que, em seu estágio de desenvolvimento evolui de um estado selvagem para um estado urbano, são a cidade, que adquire em seu sentido simbólico o arquétipo da Grande Mãe. A cidade adquirirá, então, seu sentido quando imersa no inconsciente do cidadão. Daí resultará implicações ao se considerar o fator “fático” como uma mediação simbólica, ou àquilo que está subentendido, o que vem confirmar que a cidade é muito mais o contexto do que o texto, muito mais a “ordem próxima” do que a “ordem distante”. No entanto, esta implicação não poderia existir sem a explicação, do mesmo modo que o texto é necessário para a percepção do contexto.

O fator “fático”, instituinte da imagem da cidade, adquire uma característica aglutinante na constituição do todo, pois não é pertinente a uma percepção assindótica uma ligação direta ou contínua, de vez que a confusão é mais preponderante que a distinção. O “fático” faz a fusão, da qual resulta o todo numa situação de simultaneidade, o todo con-fundido, e não a somatória das partes ligadas por conjunções, cuja percepção é feita de maneira sucessiva.

A aglutinação traz consigo a preocupação do detalhe pela percepção extremamente acurada das alterações dos lugares, devido à interferência de imagens, como já se afirmou, no cotidiano da metrópole, que justapõem imagens e lugares, de maneira abusiva, numa forte recusa ao isolamento e à separação.

A cidade é perpassada, constante e ininterruptamente, por uma enunciação pedestre e pervagante de uma multidão que se assemelha a uma massa criadora de diferentes texturas nos infinitos momentos e espaços urbanos, e que provoca uma *transumância*, ou *transurbância* (Careri, 2014) necessária para o processo comunicativo da metrópole. As imagens da cidade, neste aspecto, são dinamismos vividos que produzem uma infinidade de outras imagens, mas não reproduzem em nenhuma hipótese a original.

Sob o aspecto “fático” da comunicação da metrópole, um dos agentes de tal fato é o sentido pervagante do cidadão, responsável pela tomada do espaço urbano nos mais variados sentidos (de direção), colocando a cidade como um lugar de ação espontânea cujas impressões cotidianas, geradoras de imagens, respondem pela enunciação pedestre e pela enunciação das ocorrências vividas sem reflexão, espontaneamente, pelos transeuntes durante seus trajetos. Estas ocorrências poderão ser contadas sem a profundidade de uma narração por faltar-lhes, justamente, a interação com o sujeito da construção de seu significado. Adquirem, então, o valor de uma informação que faz os fatos circular... e logo serem esquecidos.

Para finalizar...

No entanto, este fazer comunicativo entre o cidadão e a cidade só é possível devido ao fato de a cidade ter-se tornado um “*visual-scape*”, no qual, para além de toda interferência das variadas formas de publicidade, existe, ainda, a reciprocidade do sujeito com a cidade, e do sujeito enquanto célula comunicativa que faz de seu corpo um suporte de comunicação visual, quer seja pelo uso de roupas da moda, quer seja por seu comportamento, ou por sua postura corporal, inseridos no ambiente urbano (*visual-scape*) como um hábito mimético que os jovens casais repetiriam, como explica Canevacci (1990), por uma geometrização dos corpos, como representações simuladas de relações sexuais. Este comportamento ou estas representações transformam os corpos que geram tais “publicidades” em verdadeiros “pictogramas” no espaço

da escrita do texto da cidade. Novamente, é possível utilizar como exemplo os “rolezeiros” que alteram não somente a ordem do local, mas a imagem do local, já que se apresentam como verdadeiros painéis publicitários, com roupas e objetos de grifes, que estão para além de suas possibilidades econômicas, uma verdadeira dilapidação (Bataille, 1975) dos próprios salários ou até mesmo dos salários dos pais – como uma ritualização do dispêndio da economia para a manutenção da imagem pessoal diante do grupo social. O que importa é mostrar o corpo como objeto de protesto.

O corpo pervagante do indivíduo desatento carrega consigo seu próprio significado, o significado de seu comportamento e o de sua vestimenta que, em conjunto, re-agirão com o espaço urbano, interagindo de tal maneira, que terão ou serão um dos sentidos “fáticos” da comunicação.

Ao ser tomado como um elemento de comunicação, o cidadão, inconscientemente, adquire uma postura narcisista e, ao mesmo tempo, a de *voyeur*, em consequência de estar em evidência, sendo visto e olhado por todos, como de estar olhando, constantemente, para o “Outro”, para o outro enunciado, para um outro pictograma que o complementa e que com a somatória de todos os outros corpos, torne-se mensagem, juntamente com a mensagem publicitária que interfere no espaço urbano.

Esta coletivização do indivíduo enquanto um pictograma, resultante de uma atitude pervagante, cria com a metrópole uma relação de dependência e de negação mútuas, um “duplo vínculo” (Lorenz, 1996) – que ritualiza comportamentos -, para manter suas existências. Ao precisar da cidade para seu processo de individuação, o sujeito nega-a enquanto um espaço necessário permitindo-se, assim, possuí-la amplamente, indiferenciando-a, em seu aspecto urbanístico lógico, da imagem que cria para ela. Confunde aspectos de vivências passadas, portanto aspectos virtuais, com sua apresentação real. O mesmo acontecerá quando o sujeito, no processo comunicativo da cidade, for indiferenciado em seus aspectos de cidadão e de suporte de mensagem.

Com esta necessidade recíproca, o cidadão caminha pela metrópole com o respeito de um sacerdote que não transgride, não agride, não fere, somente caminha pelos desvios, pelas brechas do cotidiano, ou observa o cotidiano como uma brecha na estrutura do sistema. Para isso, empresta a duplicidade de seu corpo, seu “status” de “eu” e ao mesmo tempo de “tu”, de indivíduo e de “Outro”. É um corpo dinâmico e atuante que encontra, no escondido e no subterfúgio, proteção e abrigo. Não é como o *flâneur* que observa os acontecimentos cotidianos com os olhos de um descobridor, mas é apenas um indivíduo em busca de prazeres escondidos, em suas horas de folga, em seu trajeto. Não faz das ruas um espaço de reflexão e nem de convivialidade, apenas um local do qual retira sensações.

O cidadão caminha pela cidade por suas entranhas, suas saliências, seus espaços planos, passando de um para o outro com a pressa que dilata o espaço da cidade permeando-o de equívocos e incertezas e de todas as formas de incompletudes. Este pervagante se serve da cidade segundo o sentido que lhe der mais prazer. É um ser ambivalente que carrega consigo o paradoxo dos sentimentos.

A relação deste indivíduo com a cidade é uma relação visceral, de entranhas com entranhas. Ao se adentrar pelas brechas do cotidiano, a sensação do prazer e da descoberta

toma conta do corpo que se move pela metrópole, mas faz das entranhas seu centro sismológico.

Esta sensibilidade chega à consciência incitando, mais ainda, o indivíduo à descoberta. No entanto, esta atitude não é ainda uma conscientização total do conceito de cidade, somente uma inscrição no consciente do indivíduo, que a transforma em uma maneira de viver, em uma espécie de jogo. Por este motivo, talvez, possa-se pensar nesta atitude com uma ênfase menos acentuada em seu sentido de transgressão, do que de *digressão*.

O indivíduo que pervaga, que digressiona pelo sistema urbano, cria em seu trajeto, elementos de comunicação, cujo sentido “fático” institui a cidade como um todo, como uma *bricolage* de enunciações pedestres, que retomam os princípios da arquitetura, na sua dimensão simbólica, como pensa Careri (2013), na sua atitude pervagante e estética; que permite reconstituir a importância da rua e definir o lugar do homem no espaço urbano, como há muito propunha Jacobs (2013).

A dimensão fática da cidade é regida por Hermes, deus dos caminhos, que faz a interligação dos mundos, que domina a palavra, que ludibria, que brinca e que guia os passos dos transeuntes, nas suas descobertas da cidade. Hermes permite e possibilita que a cidade seja um espaço de comunicação, ao mesmo tempo em que esconde a verdadeira cidade - a cidade de cada um, a que reside na alma de cada cidadão -, camuflando-a na percepção rápida das aparências. Este mensageiro dos Deuses, e Psicopompo, esconde a cidade nas brumas escuras da percepção por um procedimento lúdico, permitindo sua descoberta somente quando cada indivíduo restaurar a alma da cidade... somente quando a cidade for restaurada nos corações dos seus habitantes, quando as relações humanas (e humanizadas...) tornarem-se a base de sua construção, através de um ato instintivo no qual a convivência, a imaginação, a construção, a conversa e as trocas são permitidas e o amor pela civilização é demonstrado, como lembra Hillman (1993). Com isto, pode-se afirmar que a dimensão fática da cidade é, seguramente, seu destino e sua verdade - *moira* e *aletheia* -, e tanto a cidade quanto seu destino e sua verdade são construídos nas e pelas suas imagens que revelam sua alma, por isso

(...) a alma precisa de suas imagens e, quando não as encontra, elabora substitutos; cartazes de rua e grafite, por exemplo. Mesmo na Alemanha Oriental ou na China, onde a propaganda não é permitida, os slogans são escritos com letras garrafais nas paredes e avisos são afixados. A mão humana espontaneamente deixa sua marca, insistindo em mensagens personalizadas; em todo o lugar a natureza humana imediatamente escreve suas iniciais nos monumentos (Hillman, 1993, 40).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATAILLE, Georges – **A Noção de Despesa** – a parte maldita. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica – ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana..** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARERI, Francesco – **Walkscapes** – o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARVALHO, José Carlos de Paula. **Imaginário da Corporeidade e a Digressão:** aspectos do imaginário em grupo de alunos da EEPSP J. P. Ferraz/Ibirá (SP) num grupo de alunos do Colegial. In: Rev.Educ. Pública, Cuiabá, v. 5, nº 8, jul/dez, 1996.

CARVALHO, José Carlos de Paula. **A Educação fática: construção, vieses e projetividades.** rev. Educação Pública, Cuiabá, v. 4, n. 6, p. 11-32, 1995.

CARVALHO, José Carlos de Paula. **Antropologia das Organizações e Educação:** um ensaio holonômico. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

HILLMAN, James. **Cidade & Alma.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação.** São Paulo: Cultrix, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LORENZ, Konrad. **On Agression.** Great Britain: University Paperback, 1966.

MALINOWSKI, Bronislaw. **O problema do significado em sociedades primitivas.** In: OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VENTURI, Roberto; SCOTT, Denise; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.